

À CLASSE OPERÁRIA, AO povo de Portugal

A burguesia deu mais um passo na escalada repressiva sobre o povo trabalhador. Desta vez, foi atacada uma das liberdades fundamentais, a liberdade de expressão. O decreto-lei que vai censurar e determinar as ideias que podem ser escritas e divulgadas, é digno dos melhores escrivães do fascismo. E ainda é mais refinado, pois afirma hipocritamente que proíbe em nome da liberdade. Dizem alguns "democratas" de tradição bem pensante que o decreto se destina a atacar a reacção, a extrema-direita, para cortar todas as possibilidades de regresso do fascismo.

Como se os fascistas não tivessem dinheiro suficiente para pagar todas as multas que fosse preciso! Como se os fascistas fossem lutar contra a guerra colonial e exigir a independência imediata para as colónias! Como se os fascistas fossem lutar pelas justas reivindicações dos trabalhadores! A verdade é outra, e só quem não quer é que não a vê: os operários e os camponeses é que não têm dinheiro para pagar essas multas, e são eles com a vanguarda comunista à cabeça, que lutarão até ao fim pelo esmagamento de todas as formas de exploração.

Vejam as diferentes reacções a este decreto:

1. Muita gente ficou surpreendida com a dureza da lei declarando que "não é lógico no processo de liberalização que se estava a processar".

Nós afirmamos que o aparecimento deste decreto é mais que natural, precisamente devido ao que se vinha a passar desde há uns tempos para cá. Apesar das ameaças dos despedimentos, das campanhas de propaganda na rádio, televisão e imprensa, das calúnias, do trabalho de traição e sabotagem dos revisionistas e dos reformistas, da prisão tipo aviso de um dirigente de um movimento anti-reformista, os trabalhadores organizam-se de Norte a Sul em todos os sectores de actividade e lutam pela satisfação das suas necessidades mais urgentes. O aparecimento deste decreto é natural, porque significa um passo mais na repressão sobre os trabalhadores, cuja intensificação é inevitável na chamada democracia burguesa, sistema que continua a ser sempre a ditadura dos exploradores sobre quem trabalha. Do ponto de vista político significa uma derrota estrondosa para os revisionistas e reformistas, que tinham sido colocados no poder para controlar a classe operária e o povo trabalhador, e têm sido sistematicamente desprezados e abandonados pelo povo em luta.

2. Os revisionistas e reformistas justificam o decreto, emitindo uma ou outra lamúria sobre possíveis perigos para a democracia.

Nós, comunistas, atacamos o decreto e indicamos claramente o seu carácter de classe burguesa, anti-progressista e ditatorial sobre os trabalhadores. É um decreto que se destina a desarmar a classe operária, a mantê-la no mesmo estado de desconhecimento político em que vivia desde há 50 anos.

3. Apoiando o decreto, os revisionistas e os reformistas provocam ainda mais a desunião que têm tentado criar entre os trabalhadores com a sua actividade sindical.

Nós, comunistas, lutamos pela união dos trabalhadores na sua luta contra o capitalismo. Esta união é dirigida pela classe

operária e enquadrada pela vanguarda comunista. Esta união é uma união de luta, e não uma união de traição e de colaboração com a burguesia.

Nesta questão, como em todas as outras, a luta contra a opressão só será vitoriosa se for dirigida pela classe operária. O operariado lutará pelas liberdades democráticas, tendo plena consciência do carácter burguês, ilusório e manobrador das concessões dos seus exploradores.

A O.C.M.L.P. apela à luta em todas as frentes contra o decreto-lei.

A O.C.M.L.P. chama à unidade de todos os trabalhadores e de todas as forças progressistas para a defesa das liberdades adquiridas, e para a conquista de verdadeiras liberdades de expressão, reunião e associação.

DITADURA SOBRE A BURGUESIA, DEMOCRACIA PARA O POVO!

EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO POPULAR!

ORGANIZAÇÃO COMUNISTA MARXISTA LENINISTA PORTUGUESA

(O GRITO DO POVO)

22 de Junho de 1974